



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2025.0000001612

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração Cível nº 2344266-28.2024.8.26.0000/50000, da Comarca de São José do Rio Preto, em que é embargante GIANNINA POZZI NEGRELLI, é embargado WASHINGTON LUIZ GUIZELINI.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 5ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Rejeitaram os embargos. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores JOÃO BATISTA VILHENA (Presidente) E EMERSON SUMARIVA JÚNIOR.

São Paulo, 7 de janeiro de 2025.

MOREIRA VIEGAS

Relator

Assinatura Eletrônica

Emb. de Declaração 2344266-28.2024.8.26.0000/50000
Comarca: São José do Rio Preto
Embargante: Giannina Pozzi Negrelli
Embargado: Washington Luiz Guizelini

Embargos de declaração – omissão, contradição – Inocorrência – Reapreciação de tese jurídica – Enfrentamento das teses apresentadas – Desnecessidade de mencionar artigos de lei a cada ponto do julgado – Julgador que não está adstrito enfrentar a integralidade dos artigos citados – Decisão fundamentada – Inequívoco caráter infringente – Embargos rejeitados.

VOTO Nº 41.436

Trata-se de embargos de declaração opostos do v. acórdão tirado em ação de rescisão de compromisso de venda e compra de imóvel, cumulada com pedido condenatório”, ora em fase de cumprimento de sentença.

Afirma o embargante em breve síntese, que o v. acórdão está eivado de omissão a sobre a questão da estagnação da ação anulatória, no sentido de promover DETERMINAÇÃO a vara de origem para que desestagne o feito proporcionando a análise do pedido liminar contido na *querela nullitatis*, tudo por força do Princípio do Devido Processo Legal com destaque a Razoável Duração do Processo e Eficiência Processual.

É o relatório.

Rejeitam-se os embargos, uma vez que nele não se aponta omissão, obscuridade e contradição do acórdão, pretendendo o embargante somente rediscutir a matéria decidida.

Nesse sentido, na lição de Nelson Nery Junior:

Os EDcl têm finalidade de completar a decisão omissa ou, ainda, de aclará-la, dissipando obscuridades ou contradições. Não têm caráter substitutivo da decisão embargada, mas sim integrativo ou aclaratório. Como regra, não tem caráter substitutivo, modificador ou infringente do julgado. Não mais cabem quando houver dúvida da decisão (CPC 535, I, redação dada pela L 8950/94 1.º, *in* Código de Processo Civil Comentado, 4.ª, RT, 1999, p. 1045, em nota ao art. 535).

Entendo que os fundamentos do acórdão foram suficientes para o deslinde do feito, especialmente porque constou expressamente do v. acórdão que: *“o pleito de suspensão do presente cumprimento de sentença, deve ser formulado perante o juízo da ação anulatória, que detém de maiores elementos para apreciar a requisição, haja vista que o simples ajuizamento de querella nulitatis insanabilis não importa em automática suspensão das demais demandas em curso.”*

Além disso, não eventual insurgência sobre a estagnação da referida *querela nulitatis* deve ser arguida pelo meio jurídico adequado e realizado naqueles autos e não em outro.

Logo, em verdade os presentes embargos traduzem-se no simples inconformismo com o entendimento esposado por este relator no v. julgado, que configura o cunho infringente dos presentes embargos.

Ressalto, ainda, que *“para que se tenha por configurado o pressuposto do prequestionamento, é bastante que o tribunal de origem haja debatido decidido a questão federal controvertida, não se exigindo expressa menção ao dispositivo legal pretensamente violado no especial”* (RT 659/192).

E mais, também não se exige enumeração de dispositivos legais, pois:

“não cabe esse recurso em matéria cível para o Judiciário mencionar qual a lei, ou o artigo dela,

ou da Constituição Federal etc., que esteja a aplicar. Deixar de fazê-lo não é omissão no sentido legal: não existe tal pressuposto para a completude do julgamento cível. Essa substituição de natureza tópica é assunto para qualquer intérprete. Para a fundamentação do julgado o necessário e suficiente é que se trabalhe mentalmente com os conceitos vigentes contidos no sistema jurídico ” (EDcl nº 147.433-1/4-01, SP, 2ª Câmara Civil, citados nos Embargos de Declaração nº 199.368-1).

Oportuno esclarecer, também, que o magistrado não está obrigado a se manifestar acerca de todas as alegações trazidas pelas partes, desde que explicita seu convencimento motivado, de modo a embasar a decisão proferida. Nesse sentido:

HABEAS CORPUS. ASSOCIAÇÃO E TRÁFICO DE ENTORPECENTES. CONDENAÇÃO. NULIDADE. FUNDAMENTAÇÃO DO ÉDITO CONDENATÓRIO. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL.

1. O magistrado não está obrigado a se manifestar expressamente sobre todos os argumentos levantados pelas partes, de modo que descabe falar, na espécie, em negativa de prestação jurisdicional quando todas as questões necessárias ao deslinde da controvérsia foram analisadas e decididas, ainda que de forma contrária às pretensões do impetrante.

2. In casu, o juiz sentenciante, soberano na análise de fatos e provas, devidamente fundamentou sua decisão, em 33 laudas, discorrendo sobre o conjunto fático-probatório que esteia a condenação, não havendo falar em violação ao art. 619 do CPP. (STJ – Quinta Turma

— HC 155028/AC — rel. Min. JORGE MUSSI — j.
28.06.2011) (grifo nosso)

Mesmo com o escopo de prequestionamento, os embargos devem obedecer aos ditames do art. 1.022 do CPC, e só serão cabíveis nas hipóteses de omissão, contradição e/ou obscuridade.

Conforme se verifica, em simples leitura do acórdão embargado, a controvérsia foi decidida sem que houvesse qualquer omissão ou contradição a serem sanadas pela via dos Embargos de Declaração, não estando presentes as hipóteses do art. 1.022 do Código de Processo Civil.

Pelo exposto, rejeito os embargos de declaração, diante do nítido caráter infringente.

JOÃO FRANCISCO MOREIRA VIEGAS
Relator